

d) Programas de educação para a saúde;  
 e) Estudos psicológicos de grupos populacionais com o objectivo de intervir na prevenção, tratamento e reinserção dos comportamentos aditivos.

5 — Requisitos de Admissão: os previstos no artigo 8.º da LVCR, designadamente:

a) Nacionalidade portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial;  
 b) 18 anos de idade completos;  
 c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;  
 d) Robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções;  
 e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.

6 — É ainda requisito de admissão a prévia constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado.

7 — Nível Habilitacional exigido: licenciatura em Psicologia.

8 — Não serão admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados na carreira, sejam titulares da categoria e, não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho previstos no Mapa de Pessoal do IDT, IP idênticos ao posto de trabalho para cuja ocupação se publicita o procedimento.

9 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao Presidente do Conselho Directivo do Instituto da Droga e da Toxicoddependência, IP, devendo do mesmo constar os seguintes elementos:

a) Identificação do candidato através do nome, data de nascimento, sexo, nacionalidade, número de identificação fiscal e endereço postal e electrónico, caso exista;  
 b) Identificação do procedimento concursal, com identificação da carreira, categoria e actividades caracterizadoras do posto de trabalho a ocupar;  
 c) Identificação da entidade que realiza o procedimento;  
 d) Situação perante cada um dos requisitos de admissão exigidos, designadamente os previstos no artigo 8.º da LVCR e enumerados no ponto 4 do presente Aviso;  
 e) Identificação da relação jurídica de emprego público previamente estabelecida de que o candidato seja titular, da actividade que executa e do órgão ou serviço onde exerce funções;  
 f) Nível habilitacional.

10 — Do requerimento deve constar menção do candidato em que declara serem verdadeiros os factos constantes da candidatura.

11 — Documentos: do processo de candidatura deverão constar os seguintes documentos:

a) Fotocópia do Certificado (ou outro documento idóneo legalmente reconhecido para o efeito) comprovativo da habilitação académica;  
 b) *Curriculum Vitae* datado e assinado.

12 — A não apresentação dos documentos exigidos nos termos do presente Aviso determina a exclusão do candidato do procedimento concursal.

13 — As candidaturas deverão ser formalizadas no prazo estabelecido no n.º 1 do presente Aviso, entregues na Sede da Delegação Regional do Alentejo do IDT, IP, sita na Rua de S. Tomé e Príncipe, n.º 13, 7800-479 Beja, ou enviadas por correio registado com aviso de recepção para a morada acima referida.

14 — Métodos de Selecção: nos termos do n.º 1 do artigo 6.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro e do n.º 2 do artigo 53.º da LVCR, serão aplicados como métodos de selecção:

a) Avaliação Curricular;  
 b) Entrevista de Avaliação de Competências.

15 — Nos termos do n.º 1 do artigo 6.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro e do n.º 4 do artigo 53.º da LVCR, caso o número de candidatos se revele de tal modo elevado que seja impraticável a utilização dos métodos de selecção atrás indicados, pode vir a utilizar-se, como método de selecção único, a Avaliação Curricular.

16 — Júri: o Júri será constituído pelos seguintes elementos:

Presidente: Lic. Pedro Marques Catita — Assessor da Carreira dos Técnicos Superiores de Saúde — Ramo de Psicologia Clínica, a exercer o cargo de Responsável do Núcleo de Apoio Técnico da Delegação Regional do Alentejo do IDT, IP

Vogais efectivos:

Lic. Álvaro Branco Calado — Assessor da Carreira dos Técnicos Superiores de Saúde — Ramo de Psicologia Clínica, que substituirá o Presidente nas suas faltas e impedimentos

Lic. Francisco Filipe dos Santos Serrano — Técnico Superior da Delegação Regional do Alentejo do IDT, IP

Vogais suplentes:

Lic. Silvina Aldeias Madeira de Jesus Barrocas — Técnica Superior, a exercer o cargo de Responsável do Núcleo de Apoio Geral da Delegação Regional do Alentejo do IDT, IP

Lic. Acácio Manuel das Neves Bastos Costa Santos — Técnico Superior — Área de Psicologia Clínica, da Delegação Regional do Alentejo do IDT, IP.

17 — As actas do júri, onde constam os parâmetros de avaliação e respectiva ponderação de cada método de selecção, a grelha classificativa e o sistema de valoração final serão facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

18 — A Lista Unitária de Ordenação Final, após homologação, será publicada na 2.ª Série do *Diário da República*, afixada nas instalações da Delegação Regional do Alentejo do IDT, IP e disponibilizada na página electrónica do IDT, IP, em [www.idt.pt](http://www.idt.pt)

27 de Março de 2009. — O Presidente do Conselho Directivo, *João Castel-Branco Goulão*.

201621339

## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

### Gabinete do Secretário de Estado da Educação

#### Despacho n.º 9553/2009

O Despacho Normativo n.º 19/2008, de 19 de Março, com as alterações introduzidas pelo Despacho Normativo n.º 10/2009, de 19 de Fevereiro, que regulamenta os exames nacionais, os exames a nível de escola equivalentes a exames nacionais e os exames de equivalência à frequência dos ensinos básico e secundário, define a constituição e as competências do júri nacional de exames, sendo ainda da responsabilidade deste júri a coordenação e planificação das provas de aferição. A nomeação dos seus membros é feita por despacho do membro do Governo competente.

Assim, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do anexo 1 do Regulamento do Júri Nacional de Exames, determino:

1 — É nomeado o júri nacional de exames dos ensinos básico e secundário e das provas de aferição para o ano de 2009 com a seguinte composição:

Presidente — Licenciada Elvira Alfaiate Reste Rodrigues Florindo.  
 Vice-presidentes:

Licenciada Dulcília da Conceição de Jesus Ribeiro.  
 Licenciada Isabel Maria Valença Pinto.

Assessoria técnico-pedagógica:

Licenciada Isabel Maria Baptista António Esteves Monteiro.  
 Licenciada Isabel Maria Moita Rebelo.  
 Licenciada Manuela da Conceição Tavares Pontes de Oliveira.  
 Licenciada Maria Margarida da Silva Paiva Vieira Brigham da Silva.  
 Licenciado Rui José Araújo da Costa.  
 Licenciado Rui Pedro Valente Maurício Dias.

Coordenadores das Delegações Regionais:

Norte — licenciada Maria Augusta da Costa Castro.  
 Centro — mestre José Vieira Lourenço.  
 Lisboa — licenciado Rui Jorge Gonçalves da Silva Sousa.  
 Alentejo — licenciada Maria Madalena Aboim Madeira Borralho de Mira.  
 Algarve — licenciada Luísa Maria Ferreira Garcia e Costa Madeira.  
 Açores — licenciada Ana Cristina Faria da Silva.  
 Madeira — licenciada Ana Maria da Silva Abreu.

Responsáveis dos agrupamentos de exames:

Norte:

Braga — licenciado João José Fiúza Manso Dantas.  
 Bragança — licenciado João Francisco Castanho Amado.  
 Guimarães — licenciado António José Ribeiro Caldas Domingues.  
 Porto Cidade — licenciado José Manuel Perdígão Barros Monteiro Novais.  
 Porto Norte — licenciada Maria Helena de Azeredo e Noronha de Brito e Faro.

Porto Sul — licenciada Cristina Maria Milheiro Barbosa Machado.  
 Santa Maria da Feira — licenciada Cláudia Marisa Pires Moreira de Sá.  
 Tâmega — licenciado Agostinho da Cunha Almeida.  
 Viana do Castelo — licenciado António Sérgio Cardoso Macedo de Oliveira.

Vila Real — licenciado Marco Alexandre Seixas de Oliveira.

Centro:

Aveiro — licenciado Francisco Ferreira da Silva.  
 Castelo Branco — licenciado António Manuel Gonçalves Paulo.  
 Coimbra Centro — mestre João Ricardo Tavares das Neves.  
 Coimbra Litoral — licenciada Maria Janeiro Órfão Fonseca.  
 Guarda — bacharel José Joaquim Rodrigues Rebelo.  
 Leiria — licenciado António Diamantino Sousa Gomes.  
 Viseu — licenciada Cristina Maria Mendonça Vale Dias.

Lisboa e Vale do Tejo:

Lisboa Sintra — mestre Orlando José Martins Garganta Figueiredo.  
 Lisboa Central — licenciado António Francisco Domingues Gonçalves.

Lisboa Ocidental — arquitecto Pedro Abrantes Pimentel.  
 Lisboa Oriental — licenciada Maria da Glória da Silva Alves.  
 Lisboa Linda-a-Velha — licenciada Maria da Graça Espírito Santo Nunes.

Margem Sul — licenciado António José da Cunha Bidarra Andrade.  
 Oeste — licenciado Mário Jorge Espadana Lemos.  
 Lezíria e Médio Tejo — licenciado Carlos Manuel Vasques Teixeira Correia dos Reis.  
 Setúbal — licenciada Ana Isabel Piteira Duarte.

Alentejo:

Beja — licenciado João Alberto Miranda Henriques.  
 Évora — licenciada Fortunata Maria Carrilho Jerónimo Gomes.  
 Portalegre — licenciado António Luís Rocha Sequeira.

Algarve:

Faro — licenciada Gracinda Maria Marques Ferreira Bento.

Açores:

Angra do Heroísmo — licenciada Maria Luísa Sequeira da Paz Barcelos.

Madeira:

Funchal — licenciada Sílvia Maria Figueira Silva Drumond.

2 — O mandato do júri nacional de exames cessa em 31 de Dezembro de 2009.

3 — Este despacho produz efeitos a partir de 2 de Janeiro de 2009.

31 de Março de 2009. — O Secretário de Estado da Educação, *Valter Victorino Lemos*.

201635952

## Secretaria-Geral

### Direcção de Serviços de Administração Geral

#### Despacho (extracto) n.º 9554/2009

Por despacho, n.º 1235/2009-SEAP, de 19 de Março de 2009, do Senhor Secretário de Estado da Administração Pública:

Maria Teresa da Conceição Araújo Tomé, Assistente Operacional, afecta à Secretaria-Geral do Ministério da Educação, na situação de mobilidade especial, por opção voluntária, autorizado a passar à situação de licença extraordinária, pelo período de 12 (doze) anos, com efeitos a 01 de Março de 2009, nos termos do artigo 32.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 11/2008, de 20 de Fevereiro.

27 de Março de 2009. — A Directora de Serviços, *Maria Isabel Lopes Afonso Pereira Leitão*.

201625349

#### Despacho (extracto) n.º 9555/2009

Por despacho, n.º 1238/2009-SEAP, de 19 de Março de 2009, do Senhor Secretário de Estado da Administração Pública:

Maria Manuela Martins Correia Neves, Assistente Operacional, afecto à Secretaria-Geral do Ministério da Educação, na situação de mobili-

dade especial, por opção voluntária, autorizado a passar à situação de licença extraordinária, pelo período de 5 (cinco) anos, com efeitos a 01 de Março de 2009, nos termos do artigo 32.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 11/2008, de 20 de Fevereiro.

27 de Março de 2009. — A Directora de Serviços, *Maria Isabel Lopes Afonso Pereira Leitão*.

201626442

#### Despacho (extracto) n.º 9556/2009

Por despacho, n.º 1245/2009-SEAP, de 19 de Março de 2009, do Senhor Secretário de Estado da Administração Pública:

Suzel da Conceição Martinho Fernandes, Assistente Operacional, afecta à Secretaria-Geral do Ministério da Educação, na situação de mobilidade especial, por opção voluntária, autorizado a passar à situação de licença extraordinária, pelo período de 4 (quatro) anos, com efeitos a 01 de Março de 2009, nos termos do artigo 32.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 11/2008, de 20 de Fevereiro.

27 de Março de 2009. — A Directora de Serviços, *Maria Isabel Lopes Afonso Pereira Leitão*.

201626004

## Direcção-Geral dos Recursos Humanos da Educação

### Direcção de Serviços de Gestão dos Recursos Humanos da Educação

#### Despacho (extracto) n.º 9557/2009

Por meu despacho de 2009.03.16, proferido no uso de competências subdelegadas e nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 11.º e do n.º 1 do artigo 19.º, da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, na redacção conferida pela Lei n.º 11/2008, de 20 de Fevereiro, e na alínea a) do n.º 1, do Despacho n.º 27 266-A/2008, de 24 de Outubro, faz-se pública a lista nominativa do pessoal do Quadro Distrital de Vinculação de Setúbal, que optou voluntariamente pela sua colocação em situação de mobilidade especial:

Nome da trabalhadora: Florbela de Jesus Grilo Jorge Martins  
 Natureza do Vínculo: Quadro Distrital de Vinculação de Setúbal, a exercer funções no Agrupamento de Escolas de Marateca — Poceirão  
 Carreira: Auxiliar de Acção Educativa  
 Categoria: Auxiliar de Acção Educativa  
 Escalão 2.º, Índice 151

16 de Março de 2009. — A Subdirectora-Geral, *Idalete Gonçalves*.  
 201625713

#### Despacho (extracto) n.º 9558/2009

Por meu despacho de 16 de Março de 2009, de acordo com o estabelecido no n.º 2 do artigo 82.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, Serafim da Silva Coelho, assistente operacional do quadro de vinculação de pessoal não docente do distrito de Viseu, foi autorizado o regresso ao serviço da situação de licença sem vencimento de longa duração.

Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.

19 de Março de 2009. — A Subdirectora-Geral, *Idalete Gonçalves*.  
 201626297

#### Despacho (extracto) n.º 9559/2009

Por meu despacho de 16 de Março de 2009, de acordo com o estabelecido no n.º 2 do artigo 82.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, Maria da Assunção Moreira Gouveia Rebelo, assistente operacional do quadro de vinculação de pessoal não docente do distrito da Guarda, foi autorizado o regresso ao serviço da situação de licença sem vencimento de longa duração.

Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.

19 de Março de 2009. — A Subdirectora-Geral, *Idalete Gonçalves*.  
 201626215

#### Despacho (extracto) n.º 9560/2009

Por meu despacho de 19 de Março de 2009, de acordo com o estabelecido no n.º 2 do artigo 82.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, Jorge Manuel Pereira Gonçalves, assistente operacional do quadro de vinculação de pessoal não docente do distrito de Lisboa, foi